



As conexões entre o Paraná Mais Orgânico e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Renata de Almeida Maggioni¹, Fabiana Tonin¹, Sandra Soares da Luz¹, Mylena Reynaud¹, Elaine Rodrigues dos Santos¹, Marinez Carpiski Sampaio¹, Rafaela Eduarda Kolln Scherer¹, Andreia Cristina Peres Rodrigues-Costa¹



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p4420-4436>

Artigo recebido em 6 de Agosto e publicado em 6 de Outubro de 2025

RELATO DE EXPERIÊNCIA

RESUMO

O Programa Paraná Mais Orgânico é uma política pública estadual de fomento à certificação orgânica na agricultura familiar. A atuação do programa se dá de forma regionalizada contando com 12 núcleos distribuídos pelo Estado. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a relação entre a atuação do Programa Paraná Mais Orgânico e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O artigo é resultado de pesquisa de campo e bibliográfica e da análise das experiências vivenciadas pelas bolsistas do Núcleo UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon. As atividades desenvolvidas no Núcleo UNIOESTE contemplam, além da assistência aos agricultores, a capacitação dos profissionais envolvidos para produção orgânica, a entrega de mudas e a divulgação do programa. Os resultados demonstram que o Programa vem se consolidando como um instrumento importante para o cumprimento das metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável à nível Estadual. Essas e outras políticas públicas do Estado, atuando de forma conjunta, podem contribuir com a soberania alimentar da população paranaense aliada à uma produção sustentável.

Palavras-chave: produção orgânica, sustentabilidade, segurança alimentar, biodiversidade, políticas públicas.



The connections between Paraná Mais Orgânico and the Sustainable Development Goals

ABSTRACT

The Paraná Mais Orgânico Program is a state public policy that promotes organic certification in family farming. The program operates in a regionalized way, with 12 centers distributed throughout the state. This study aims to demonstrate the connections between the Paraná Mais Orgânico Program and the Sustainable Development Goals. The article results from field and bibliographic research and from the analysis of the experiences of the scholarship holders at the UNIOESTE Center in Marechal Cândido Rondon. The activities developed at the UNIOESTE Center include, in addition to providing assistance to farmers, the training of professionals involved in organic production, the distribution of seedlings, and the dissemination of the program. The results show that the Program has been consolidating itself as an important instrument for achieving the Sustainable Development Goals at the state level. This and other public policies of the State, working together, can contribute to the food sovereignty of the population of Paraná, combined with sustainable production.

Keywords: organic production, sustainability, food security, biodiversity, public policies.

Instituição afiliada – ¹Programa Paraná Mais Orgânico – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Autor correspondente: Renata de Almeida Maggioni re_maggioni@hotmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O modo convencional de produção de alimentos, com uso intensivo dos recursos naturais e utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos tem causado impactos indesejados ao meio ambiente e a saúde da população (Magro et al., 2020). Problemas como o desmatamento, a emissão de gases do efeito estufa, o assoreamento de rios, as contaminações de solo e água, a erosão do solo, inundação e salinização de terras irrigadas e a poluição dos oceanos comprometem a produção de alimentos e demonstra que esse modelo produtivo que utiliza os recursos naturais de forma intensiva é insustentável a longo prazo.

A agricultura sustentável é a busca por um novo padrão de produção que preserve o ambiente, ao mesmo tempo em que mantém as características dos sistemas agrários. Concilia suas funções de produção de bens materiais, alimentos e matérias-primas (função produtiva) e de serviços (função social) com os sistemas aos quais está diretamente ligada, ou seja, o ambiente, a sociedade e a economia (CCE, 2001).

Com a intenção de promover o desenvolvimento sustentável a nível global, garantindo que os interesses e necessidades da geração atual não comprometam as futuras, em setembro de 2015 foi criada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda, adotada por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (Resolução 70/1), dá continuidade à Agenda do Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), se expandindo para atender aos novos desafios emergentes.

A agenda 2030 inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas e 232 indicadores a serem alcançados até o ano de 2030, visando promover o crescimento e a cooperação de todos os países dentro de uma agenda de sustentabilidade. Os ODS são planos de ações para acabar com a pobreza, preservar o meio ambiente e combater as mudanças climáticas e garantir que as pessoas desfrutem de paz e prosperidade.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero; 3) boa saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água limpa e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) emprego digno e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das



desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) combate às alterações climáticas; 14) vida debaixo d'água; 15) vida sobre a terra; 16) paz, justiça e instituições fortes e; 17) parcerias em prol das metas.

Alinhado aos ODS, o “Programa Paraná Mais Orgânico (PMO)” é uma iniciativa do Estado do Paraná que visa produzir alimentos saudáveis em sistemas sustentáveis de produção, tendo como público-alvo agricultores familiares que desejam produzir em sistemas orgânicos e certificar seus produtos com o selo de produto orgânico.

Assim, o objetivo do presente trabalho é compreender a conexão entre Programa Paraná Mais Orgânico e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por meio das experiências do Núcleo UNIOESTE – MCR e das narrativas dos agricultores atendidos na região Oeste do Paraná.

O Programa Paraná Mais Orgânico e o Núcleo UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon

O Paraná Mais Orgânico (PMO) é uma política pública do Estado do Paraná que tem por objetivo central orientar e certificar produtores orgânicos do Estado. O PMO teve início no ano de 2009, quando era ainda intitulado “Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO)”, sendo renomeado em 2018 a “Paraná Mais Orgânico (PMO) (Koefender, 2020).

O programa surgiu para auxiliar agricultores familiares que tenham interesse em produzir alimentos em sistemas orgânicos, possibilitando a obtenção do certificado de conformidade e do selo orgânico de seus produtos, de forma gratuita, considera-se os rígidos critérios de avaliação para conformidades (Instrução Normativa 46 de 2011). Trata-se do primeiro programa de certificação gratuito do Brasil e contribui não somente com a agregação de valor da produção agrícola, mas também torna a agricultura paranaense mais sustentável (Michellon et al., 2011).

Os principais objetivos do PMO são (1) a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural que estimulem a adoção de inovações tecnológicas baseadas na agricultura orgânica; (2) o apoio à organização dos agricultores familiares nos processos de comercialização da produção orgânica e; (3) a contribuição e o incentivo para o fomento da produção orgânica no Estado (IDR-Paraná, 2019).

O programa é uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do



Paraná-lapar-Emater (IDR-Paraná), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) e as instituições estaduais de ensino superior. De acordo com Michellon et al. (2011), para a certificação, considera-se os rígidos critérios de avaliação para conformidades, regidos pelas normas técnicas específicas (Instrução Normativa 46 de 2011).

Existem três mecanismos de certificação no Brasil:

Certificação por Auditoria – A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

Sistema Participativo de Garantia – Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.

Controle Social na Venda Direta – A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (Dantas; Freitas, 2020).

A certificação pelo Paraná Mais Orgânico ocorre pelo mecanismo de auditoria e é gratuita, sendo o Tecpar a certificadora responsável. O Tecpar Certificação é credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro. Ao ser certificado pelo Tecpar o produtor recebe o Selo SisOrg. O selo é importante pois garante ao consumidor que, durante todas as etapas de produção e processamento do produto certificado, não foram utilizados agrotóxicos e insumos químicos, tampouco foram identificadas práticas que comprometam a saúde humana, animal, das plantas e do solo (TECPAR, 2024).

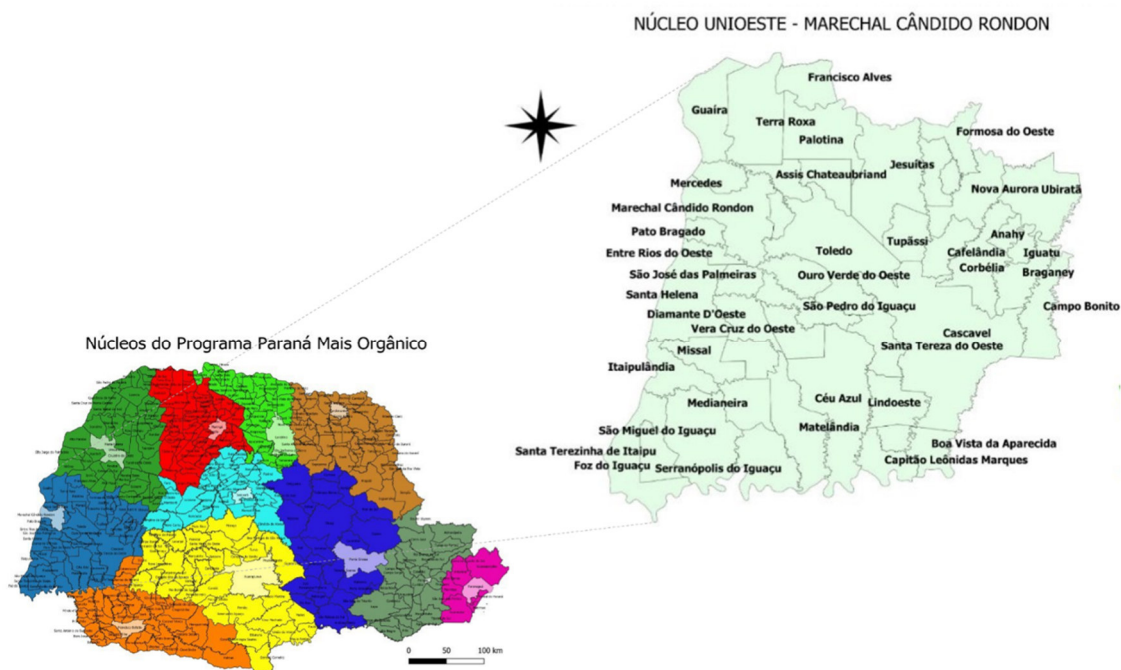
A atuação do PMO ocorre por meio de 12 núcleos de certificação orgânica que



estão localizados nas Universidades Estaduais do Paraná e em sedes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR). Cada núcleo é composto por uma equipe com um professor coordenador, bolsistas profissionais e um bolsista graduando, que trabalham em equipe para fomentar e divulgar o Programa na sua região de abrangência (Figura 1).

O Núcleo de certificação orgânica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) de Marechal Cândido Rondon (MCR) é responsável por atuar em toda a região oeste do Paraná (Figura 1), prestando assistência técnica e extensão rural direcionada à certificação da produção orgânica atendendo agricultores familiares de 48 municípios. Além do atendimento direto aos agricultores o Núcleo se dedica a divulgar e apresentar o programa, participando de eventos e realizando reuniões com os agricultores e seus técnicos. Ainda, são realizadas oficinas para os agricultores atendidos e capacitações aos colégios agrícolas, visando qualificá-los quanto a legislação de orgânicos.

Figura 1. Mapa da localização dos Núcleos do PMO.



Fonte: Equipe PMO UNIOESTE MCR (2024).



METODOLOGIA

Esse trabalho tem natureza qualitativa de cunho exploratório, em que por meio de informações obtidas dos agricultores e das vivências das bolsistas profissionais do PMO UNIOESTE – MCR, buscou-se conectar a atuação do Programa Paraná Mais Orgânico com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, explorando os benefícios da entrega de mudas e estacas aos agricultores como uma atividade complementar do Núcleo UNIOESTE - MCR.

Os agricultores selecionados, solicitaram mudas e estacas ao Núcleo por falta de disponibilidade do material vegetal nas proximidades de suas propriedades. As espécies entregues variaram conforme os pedidos dos agricultores. As mudas e estacas foram adquiridas pelo Núcleo UNIOESTE – MCR por meio de doações dos parceiros Itaipu Binacional e Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia, Mandioca e Agricultura Sustentável do Oeste do Paraná (CVT).

Como técnica de obtenção de informação empregou-se o questionário. A pesquisa abrangeu 13 agricultores, dos municípios de Assis Chateaubriand, Pato Bragado, Terra Roxa, Maripá, Capitão Leônidas Marques e Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná.

Após a análise do questionário, buscou-se conectar a atuação do PMO aos ODS, por meio de revisão bibliográfica. A pesquisa é classificada como descritiva, pois visa identificar e observar fenômenos procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos dos agricultores quanto aos benefícios da entrega de mudas e estacas

Dentre as mudas entregues pelo PMO Núcleo - UNIOESTE os agricultores citaram as espécies erva doce, funcho, jambu, burrito, hortelã, ipê e batata doce. Além de estacas de malvaisco, margaridão e astrapéia.

Dos 13 agricultores, apenas 1 não teve sucesso no plantio das mudas/estaca, relatando como motivo a ausência de chuvas. Os demais agricultores relacionaram o sucesso do plantio à qualidade das mudas, clima favorável e adubação.



Na Tabela 1, são apresentados os benefícios que as mudas e estacas doadas trouxeram, alegados pelos agricultores. Como outros benefícios os produtores citaram o uso na culinária, filtro de agentes agrotóxicos, diversificação alimentícia, embelezamento e enriquecimento da mata, proteção contra insetos pragas e reflorestamento.

Tabela 1. Benefícios da entrega de muda e estacas.

Benefícios para a propriedade	%
Serviu de quebra-vento	46,2%
Serviu de abrigo para insetos predadores (inimigos naturais)	0%
Promoveu aumento dos insetos polinizadores	30,8%
Contribui com a biodiversidade da propriedade	61,5%
Auxílio econômico	15,4%
Não trouxe benefícios	7,7%
Outros	7,7%

A maior parte das estacas entregues foram solicitadas para a formação da barreira (Figura 2A e 2C). A barreira vegetal tem como principal objetivo o isolamento do cultivo orgânico, protegendo-o contra contaminantes de unidades de produção não orgânicas. Para que a proteção seja eficaz, as barreiras devem possuir no mínimo 2 metros de altura, serem densas e permanentes.

Em nossas visitas, observamos que uma das grandes dificuldades dos agricultores quanto à certificação está na formação de uma barreira eficaz. Seja pela utilização de espécies pouco eficientes, como a cana-de-açúcar que tomba deixando a área orgânica susceptível a contaminação, ou pela dificuldade de obtenção de materiais propagativos para formação da barreira vegetal.

Com o objetivo de auxiliar os agricultores nessa problemática, fizemos uma parceria com o CVT, que nos fornece materiais propagativos de astrapeia (*Dombeya wallichii*), malvavisco (*Malvaviscus arboreus*) e margaridão (*Sphagneticola trilobata*) para entregarmos aos agricultores atendidos pelo PMO. Nosso objetivo com a doação de estacas para barreiras vegetais é fornecer aos agricultores estacas de espécies eficientes, de fácil propagação, rápido crescimento, altura adequada, folhagem densa e que tragam benefícios múltiplos.



As espécies doadas são atratoras de insetos polinizadores, funcionam como quebra-ventos, auxiliam no controle de pragas e contribuem com a biodiversidade do sistema. De acordo com Souza et al. (2022), a utilização de barreiras vegetais ao redor da área de produção orgânica propicia o isolamento da área contra agentes externos, dificultando a disseminação de patógenos com o vento e a deriva de agrotóxicos de propriedades vizinhas.

Figura 2. Entrega de mudas e estacas aos agricultores atendidos pelo PMO: Entrega de estacas para barreira em Assis Chateaubriand (A); Entrega de mudas de medicinais e florestais em Marechal Cândido Rondon (B); Entregas de estacas para barreira em Diamante do Oeste (C); Entrega de mudas de batata doce em Pato Bragado (D).



Fonte: arquivo interno PMO Núcleo UNIOESTE – MCR (2024).

A Itaipu Binacional, outra parceira do PMO, nos forneceu mudas de plantas medicinais e condimentares para entregarmos aos agricultores familiares atendidos, com objetivo de contribuir com a diversidade alimentar do núcleo familiar. Além de



espécies florestais nativas, para reflorestamento e aumento da biodiversidade.

É importante elencar que todas as mudas e estacas entregues aos agricultores trouxeram benefícios diversos ao meio ambiente (Tabela 1), o que por si só já contribuiu com o desenvolvimento sustentável da propriedade. Ao perguntar os benefícios aos produtores percebemos a conscientização ambiental deles. Por meio do trabalho educativo fornecido pela equipe do PMO, os agricultores puderam associar os conhecimentos adquiridos de suas experiências diárias com o conhecimento levado pelas extensionistas, conectando suas atividades com a preservação ambiental e a produção sustentável.

De acordo com Baudrilard (2005), a transmissão da informação de forma clara, compreensível e sem ruídos fornece ao ouvinte a oportunidade de integrar com o que já se sabe, permitindo novas interpretações da realidade. Isso demonstra que o trabalho do PMO vai além da assistência técnica quanto a certificação, mas também a assessoria socioeducacional. Ao ouvir a realidade de cada agricultor, suas necessidades e prioridades, estamos enxergando-os como atores sociais, capazes de conhecer e agir, e não como polos passivos que recebem conhecimento. Só assim é possível mudar a realidade dos agricultores, e promover o desenvolvimento rural sustentável.

Além das mudas já citadas, foram entregues a alguns agricultores mudas de diversas espécies de batata doce, adquiridas da fazenda experimental da Unioeste. Essas mudas, além de proporcionar diversidade alimentícia aos agricultores, permitiu que eles comercializassem a produção, contribuindo com a renda desses produtores. Dessa forma, notamos que esse trabalho de entrega de mudas e estaca, para além das atividades realizadas pela equipe do PMO, está estritamente relacionado à sustentabilidade, atendendo às 3 vertentes do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômica.

As conexões entre as atividades desenvolvidas pelo PMO – Unioeste MCR e os ODS

Antes de conectar a atuação do PMO aos ODS, é importante ressaltar que o pensamento sustentável surge por meio do diálogo e a transformação só acontece quando há uma ação conjunta dos envolvidos. Assim, as metas dos ODS estipuladas até 2030, devem fazer parte do processo educativo da população brasileira para que haja



conscientização quanto à relação vida humana, natureza, terra e saúde, pois é por meio da informação, do diálogo, da conscientização e da cooperação que haverá chances dessas metas se efetivarem.

Erradicação da pobreza e fome zero são os primeiros ODS e os dois grandes desafios globais. De acordo com dados fornecidos pelo Banco Mundial, 700 milhões de pessoas vivem na miséria e 70% dos pobres trabalham no campo. Dados fornecidos pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, 2021) indicam que 828 milhões de pessoas sofrem com a fome no mundo. O acesso a alimentos de qualidade é um direito humano indispensável à sobrevivência.

No Brasil, a superação da fome está diretamente relacionada a Agricultura Familiar. Segundo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (2015), a agricultura familiar é a principal fonte de alimentos saudáveis, representando 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Fortalecer a agricultura familiar é uma estratégia importante para efetivação de uma política de segurança alimentar no Brasil.

O Paraná Mais Orgânico está diretamente ligado aos ODS, pois orienta agricultores familiares a produzirem de forma sustentável em um modelo de produção orgânico, agregando valor ao produto comercializado e, dessa forma incrementando sua renda. O programa tem como propósito garantir a alimentação 100% orgânica nas escolas públicas do Estado do Paraná até 2030, mostrando ser uma política pública comprometida em garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, estando aliado aos ODS 1, 2, 3, 12 e 15.

Lima et al. (2024) enfatizam a agricultura familiar como um arranjo de produção e práticas sociais de grande importância. A segurança alimentar e nutricional pode ser associada à agricultura familiar não apenas pela maneira como os alimentos são produzidos, o tipo de alimentos cultivados e sua ampla variedade, que tendem a ser mais saudáveis e nutritivos; além disso, a agricultura familiar desempenha um papel crucial na criação de oportunidades de ocupação e geração de renda nos espaços rurais e na sua responsabilidade com a promoção da utilização sustentável dos recursos naturais (Lima et al., 2024).

O PMO trabalha em conjunto com duas outras importantes políticas públicas aliadas aos ODS, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de



Aquisição de Alimentos (PAA). Tais programas, incentivam a agricultura familiar a produzirem alimentos orgânicos e garante o valor de 30% a mais na venda do produto, trazendo maior segurança de venda do escopo e de valor obtido pela produção e, garantindo a segurança alimentar da população.

A disponibilização de alimentos de qualidade e saudáveis na merenda escolar promovem a educação alimentar e nutricional de crianças e adolescentes. Com a introdução de uma alimentação diversificada, originada da agricultura familiar, orgânica e sustentável, desenvolve-se, já nas fases jovens da vida, de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento sustentável (Martinez et al., 2023; Vitorino-Santos et al., 2024).

Além de dar assistência técnica a agricultores familiares, uma das atuações do Paraná Mais Orgânico é o acompanhamento e orientação em colégios agrícolas e cursos técnicos em agronegócio quanto a certificação orgânica. Com essa atividade, além de ensinar aos alunos como produzir hortaliças com princípios agroecológicos, os incentiva a aplicar os conhecimentos adquiridos em casa e mostra a agricultura orgânica como potencial fonte de renda.

O PMO também fornece assessoria socioeducacional, por meio de reuniões, palestras, cursos de capacitação e apresentações em dias de campo, com a finalidade de disseminar conhecimento sobre a produção e consumo de alimentos que não causam risco a saúde humana, livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Além de promover a educação ambiental essas ações mostram a agricultura orgânica como uma forma aplicável de produção.

Pensando em garantir a igualdade de gênero, aliando-se ao ODS 5, o Paraná Mais Orgânico incentiva a participação das mulheres na produção agrícolas, e exige no certificado orgânico haja ao menos o nome de uma mulher. Assim, as mulheres agricultoras poderão vender seus produtos e acessar diversos programas específicos as mulheres, contribuindo com sua liberdade financeira.

A água é o bem mais importante da humanidade e é um recurso finito e determinante na produção de alimentos. Otimizar o uso da água pode contribuir com sua disponibilidade e a redução de desperdícios, garantindo a produção de alimentos, o equilíbrio ambiental e a vida aquática. Uma das exigências do PMO para agricultores



que queiram certificar seus produtos orgânicos é a outorga ou dispensa de outorga d'água, e a análise da água para produtos que são lavados antes da comercialização.

A Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos é um dos instrumentos da Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), por meio dela a permissão do uso da água é fornecida, assegurando o uso hídrico de forma racional, para diversos fins. A outorga ou a dispensa de outorga visam garantir que a quantidade de água requerida pelo usuário seja compatível com a disponibilidade existente, contribuindo com a segurança hídrica e, conseqüentemente, alimentar (ANA, 2021). Em nossas visitas, questionamos e orientamos quanto ao cuidado com a água da propriedade, identificando a origem da água utilizada e o seu uso, e o destino adequado de dejetos animais, aliando-se aos ODS 6, 12 e 14.

O PMO visa ampliar a comercialização dos produtos orgânicos, com os produtores ofertando os alimentos em feiras, mercados, escolas e vendas e. diretas. Assim, instigando a economia da agricultura familiar, estimulando o desenvolvimento local-social, valorizando a culinária local e o micro empreendedorismo e, principalmente, alavancando pequenos produtores e assentados da reforma agrária.

Além do selo orgânico, outra forma de agregar valor aos produtos orgânicos e evitar o desperdício, é a construção de agroindústrias familiares nas propriedades ou em cooperativas de associações de agricultores. Cada agroindústria segue legislação do próprio município, porém, o programa auxilia no planejamento da construção, em opções de beneficiamento de seus produtos, pontos de vendas, entre outros, conectando-se aos ODS 8, 9 e 10.

O Paraná Mais Orgânico, incentiva a destinação adequada dos dejetos animais e demais resíduos orgânicos, por meio da compostagem, que além de reduzir os impactos ambientais locais, reduz os custos de produção, favorecendo a economia circular. Atuamos para fortalecer os pequenos produtores rurais e as práticas de proteção ao meio ambiente, sem agrotóxicos, transgênicos e produtos químicos. Fomentando a agroecologia, a cultura local, os conhecimentos ancestrais e a alimentação saudável.

Para além da prática no campo, nas redes sociais divulgamos informações sobre a produção orgânica, conceituando e explicando temas como barreiras vegetais, adubação verde, iscas vegetais para insetos pragas, dentre outros, e sobre a importância



do consumo de alimentos orgânicos. A equipe tem como missão esclarecer dúvidas e proporcionar conhecimentos, assistência técnica e cursos para os agricultores familiares atendidos, com o objetivo de capacitá-los, integrando os seus conhecimentos com a base técnica, de forma que esses agricultores protagonizem o processo de transformação de suas próprias realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa tem desempenhado um papel essencial na promoção das metas dos ODS, contribuindo com a soberania alimentar da população paranaense, com a qualidade de vida dos agricultores e com a produção sustentável. Os agricultores, inicialmente focados em métodos convencionais de cultivo, ampliam seu conhecimento ao participarem do Programa. Por meio de orientações quanto à legislação, troca de experiências com outros agricultores e do processo de transição agroecológica, eles passam a compreender melhor temas como meio ambiente, cidadania e direitos humanos.

O trabalho do PMO tem atraído um público cada vez mais diversificado, como escolas, empresas e organizações, interessadas em aprender sobre produção orgânica e agroecologia. As atividades socioeducativas realizadas pelo Programa têm fomentado uma maior conscientização sobre saúde, bem-estar e preservação ambiental. O selo de certificação orgânica no Paraná, promovido pelo PMO, reflete o avanço na valorização dos produtos agroecológicos, incentivando novos agricultores familiares a se unirem ao movimento, contribuindo para um futuro mais sustentável e conectado à natureza.

REFERÊNCIAS

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Atlas Irrigação**: uso da água na agricultura irrigada. 2. ed. 2021.

BAUDRILLARD, J. **À sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Sabotagem, 2005. Originalmente publicado em 1978. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/212462/versions/1/a-sombra-das-maiorias-silenciosas.pdf>.



Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Instrução Normativa nº 46, de 6 de outubro de 2011. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Poder Executivo**, Brasília, DF, 6 out. 2011. Seção 1, p. 8.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – CCE. **Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha**. Sexto Programa de Ação em Matéria de Ambiente. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. COM (2001) 31 final. Bruxelas: CCE, 2001. 89 p.

DANTAS, S. F.; FREITAS, H. E. C. D. S. **Passo a passo para certificação orgânica por auditoria**. Natal: SEBRAE/RN, 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

IDR-PARANÁ. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

KOEFENDER, E.; GARCIA, R. C.; CARLETTI, A. R.; NOVACK, T. R.; ANKLAN, M. A. Programa Paraná Mais Orgânico: soberania e segurança alimentar, com manejo sustentável – Oeste e Sudoeste do Paraná. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, Cascavel, v. 2, n. 1, p. 26013, 2020.

LIMA, J. P. F.; BESSA, R. R.; SALOMÃO, P. E. S. A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, 2024.

MAGRO, C. D.; BULEGON, R.; GOMES, G. A. **Produção sustentável**. Florianópolis: UDESC, 2020. 74 p.

MARTINEZ, P.; GOMES, M. L. S.; MARINI, F. S. Public policies strengthen the relationship between family farming and food security in Brazilian schools – a case study of Paraíba state. **Heliyon**, v. 9, e20482, 2023.

MICHELLON, E.; ROSA, G. M.; KAWAKAMI, J.; BRANCO, K. B. Z. F.; CARVALHO, T. M. M. Apresentação: Paraná Mais Orgânico: relatos de experiências de certificação pública de produtos orgânicos. In: **PARANÁ Mais Orgânico: relatos de experiências de certificação pública de produtos orgânicos**. Curitiba: CRV, 2011.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Mapa da localização dos Núcleos do PMO**. Curitiba: SEAB, 2019. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/Parana-Mais-Organico>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SOUSA, V. R.; REIS, L. N. G.; MARTINS, M. T.; SILVA, K. M. Barreiras de proteção em propriedades agroecológicas: incremento da renda familiar. **Revista Acadêmica Online**, v. 8, n. 42, p. e919-



e919, 2022.

TECPAR. **Tecpar orienta população a identificar produtos orgânicos não certificados.** 2024.

Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Tecpar-orienta-populacao-identificar-produtos-organicos-nao-certificados>. Acesso em: 25 nov. 2024.

VITORINO-SANTOS, D. F.; SILVA, D. W.; LUSTOSA, D. C.; ALVES, H. S.; VIEIRA, T. A. Políticas públicas e alimentação saudável: a relação entre o PNAE e a agricultura familiar a partir de uma revisão sistemática da literatura. **Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2024.